

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.132 - SP (2018/0221625-5)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : MULTICANALIDADE FRANCHISING LTDA**  
**ADVOGADOS : RODOLFO CORREIA CARNEIRO - SP170823**  
**VITOR NOVAES FERREIRA PADULA DE MORAES -**  
**SP339804**  
**EMBARGADO : CMG SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS LTDA**  
**ADVOGADO : MARGARETE CINTRA GAUTHERON - SP098294**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
2. Embargos de declaração no recurso especial rejeitados.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MULTICANALIDADE FRANCHISING LTDA contra decisão unipessoal que negou provimento ao recurso especial que interpusera.

No presente recurso, a parte embargante sustenta a ocorrência de suposta omissão no julgado pois, a seu entendimento, "deixa de observar a evidente impugnação e demonstração explícita sobre a violação ocorrida feita pela ora embargante."

É o relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo da decisão que justifique a oposição desse recurso.

A decisão embargada foi clara ao reconhecer que "os argumentos invocados pela recorrente não demonstram como o acórdão recorrido teria

violado o art. 85 do CPC/15. Desse modo, a deficiência na fundamentação e a existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado, quando suficiente para a manutenção de suas conclusões, impedem a perfeita compreensão da controvérsia, o que enseja o não conhecimento do recurso, nos termos das Súmulas 283 e 284, do STF."

Na verdade, revela-se nítida a pretensão da embargante de se valer do recurso integrativo para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza desse recurso. Como se sabe, os embargos declaratórios não são via adequada para corrigir suposto *error in iudicando*, não sendo possível atribuir eficácia infringente ao recurso se ausentes erro material, omissão, obscuridade ou contradição.

Desse modo, dissociado o pleito de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora